



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 089

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 18 DE OUTUBRO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

ANDRÉ VARGAS
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Natálio Stica
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB.....	Carlos Simões
PFL.....	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Valdir Rossoni
PMDB.....	Antonio Anibelli
PP	Duílio Genari
PT	Elton Carlos Welter
PDT	Barbosa Neto
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Mauro Moraes
PPS.....	Ratinho Júnior
PSB	Dr. Luciano Ducci

Representação Partidária

PMDB - 10: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 05: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 04: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 081ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
18 DE OUTUBRO DE 2004**

(segunda-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Barbosa Neto e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (52). Achando-se em licença os Srs. Deputados Ângelo Vanhoni e Dr. Luciano Ducci. (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 025/2004

Curitiba, 05 de outubro de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o

incluso anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao *caput* do artigo 3º, da Lei nº 12317, de 28 de agosto de 1998, alterado pela Lei nº 12377, de 28 de dezembro do mesmo ano. A redação que se propõe seja dada ao referido dispositivo é a seguinte:

“Art. 3º - O Conselho Penitenciário do Estado do Paraná será composto por dezessete membros e respectivos suplentes, nomeados pelo Governador do Estado, mediante indicação do Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania.”

O plano de lei em referência, consulta aos superiores interesses públicos, eis que, aumentando de apenas um membro a composição do Conselho Penitenciário do Estado do Paraná, irá corrigir pequena distorção verificada no aspecto numérico de referido Colegiado. É que hoje, integrado por dezesseis membros, um dos quais o Presidente, sem direito a voto, e funcionando em duas turmas, enseja indiscutível falta de simetria entre as mesmas, pois uma conta com sete e outra, com oito membros. Tal situação cria, muitas vezes, quando em funcionamento de turmas reunidas, especialmente em decisões recursais, a possibilidade de prevalência do ponto de vista daquela cujo quórum de origem é maior.

Vale, nesta oportunidade, ressaltar e enaltecer o magnífico trabalho que por muitas décadas vem sendo prestado pelo Conselho Penitenciário do Estado do Paraná, no desempenho das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 70, da Lei Federal nº 7210, de 11 de julho de 1984, “Lei de Execução Penal”, destacando-se:

“I - emitir parecer sobre livramento condicional, indulto e comutação de pena;

II - inspecionar os estabelecimentos e serviços penais;

III - apresentar, no 1º (primeiro) trimestre de cada ano, ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, relatório dos trabalhos efetuados no exercício anterior;

IV - supervisionar os patronatos, bem como a assistência aos egressos.”

Por outro lado, cabe lembrar que a Lei Estadual nº 12317, de 28 de agosto de 1998, em harmonia com o disposto na Lei Federal nº 7210/84, dispõe que o Conselho Penitenciário do Estado do Paraná é órgão consultivo e fiscalizador da execução da pena, com sede na Capital e competência em todo o Estado, podendo tomar e propor medidas complementares e instrutivas, tanto de ordem técnica quanto jurídicas, necessárias no sentido de que sejam atingidos seus importantes objetivos.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O *caput* do artigo 3º, da Lei nº 12317, de 28 de agosto de 1998, alterado pela Lei nº 12377, de 28 de dezembro do mesmo ano, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - O Conselho Penitenciário do Estado do Paraná será composto por dezessete membros e respectivos suplentes, nomeados pelo Governador do Estado, mediante indicação do Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 026/2004

Curitiba, 05 de outubro de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva dispensar, na forma e condições que especifica, o pagamento de créditos tributários, ajuizados ou não, relativos ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, dos veículos baixados até 31 de dezembro de 2004. Visa, ainda, dar nova redação ao parágrafo 2º, do artigo 3º, da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que versa sobre o referido tributo.

A medida em causa foi objeto de proposta do Titular da Secretaria de Estado da Fazenda, através do Ofício nº 224/2004, de 22.09.2004, a mim dirigido e protocolado sob nº 8.068.427-4, onde figura a adiante transcrita exposição de motivos que esclarece, com o necessário detalhamento, o significado, conveniência e oportunidade da matéria:

“Artigo 1º

O Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN - abriga em seus depósitos, aproximadamente, doze mil veículos apreendidos pelas mais diversas razões. Esta atividade, além de representar um difícil trabalho, é bastante onerosa, pois, além do custo do armazenamento, este órgão passa a ser o depositário fiel dos veículos, que ficam sob sua guarda e total responsabilidade.

Tais veículos, em sua grande parte, são leiloados pelo DETRAN em hasta pública, sendo que a pendência de débitos tributários sobre estes dificulta o procedimento e a finalização desta alienação.

Ressalte-se que estes débitos dificilmente serão recuperados, sendo que o custo desta cobrança, por vezes, suplanta o próprio débito. Assim, considerando a diminuta importância destes créditos tributários, e o disposto no inciso III do artigo 172 do Código Tributário Nacional, os mesmos poderão ser dispensados, mediante lei específica que autorize.

Considerando que tais veículos, alienados na condição de sucata, não mais estarão em circulação, a

dispensa de eventuais débitos de IPVA viria a eliminar custos e burocracia necessários para efetuar esta cobrança, além de facilitar a operacionalização dos leilões e a logística dos veículos depositados no pátio do DETRAN.

Por fim, observe-se que a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, no inciso II do parágrafo 3º de seu artigo 14 possibilita o cancelamento de débitos cujo montante seja inferior ao respectivo custo de cobrança.

Artigo 2º

A atividade de locação de veículos e bens móveis é vulnerável à ação criminosa de pessoas que, após furtarem documentos pessoais (carteira de identidade, carteira de habilitação para dirigir e cartões de crédito) alteram características destes, como, por exemplo, a fotografia, e os utilizam, para a locação de bens (veículos) qualificando-se com os dados da vítima.

Estes veículos “locados” são encaminhados para desmanche, clonagem de veículos acidentados ou repasse a países fronteiriços e, salvo raríssimas exceções, jamais voltam para a locadora, que somente tomará ciência de que foi vítima de um crime quando não se verificar a devolução.

A Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003, dispõe, no parágrafo 2º de seu artigo 3º, que: “No caso de comprovação de perda total do veículo automotor, por sinistro, roubo, furto, extorsão ou estelionato, será devido o imposto na razão de 1/12 (um doze avos) por mês ou fração, contados até a data da ocorrência do fato”.

Considerando que a Lei nº 14.260/2003 dispõe, que “contribuinte do IPVA é a pessoa natural ou jurídica que detenha a propriedade de veículo automotor”, e, a profunda identidade entre os tipos penais mencionados, uma vez que, com a apropriação indébita também ocorre a subtração de um bem do patrimônio da vítima, é questão de justiça a dispensa do imposto também nestes casos.”

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam dispensados de pagamento os créditos tributários, ajuizados ou não, relativos ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, dos veículos baixados até 31 de dezembro de 2004, e leiloados, pelo Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN/PR, na condição de sucata.

§ 1º - O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação de valores já recolhidos.

Art. 2º - O parágrafo 2º do artigo 3º da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 2º - No caso de comprovação de perda total do veículo automotor, por sinistro, roubo, furto, extorsão, estelionato ou apropriação indébita, será devido o imposto na razão de 1/12 (um doze avos) por mês ou fração, contados até a data da ocorrência do fato”.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 027/2004

Curitiba, 14 de outubro de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de submeter, por intermédio de V. Exa. à elevada deliberação dessa ilustre Assembléia, anteprojeto de lei pelo qual, conforme a inclusa justificativa e documentos que a instruem, se demonstra a necessidade de aumentar o número de vagas na carreira de Procurador do Estado.

O aludido anteprojeto está em consonância com o que dispõe o artigo 28, da Lei Complementar nº 40 e, da mesma forma, não importa em aumento de despesa, conforme está preconizado pelo Decreto nº 3636/2004.

Expostos, assim, os motivos que determinaram a apresentação da proposta, que se reveste de inegável interesse público, submeto o assunto a essa Casa de Leis.

Reitero a V. Exa. os protestos de minha alta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

JUSTIFICATIVA:

O aumento significativo das atribuições desempenhadas pela Procuradoria Geral do Estado, tanto no interesse da administração direta quanto da administração indireta do Estado do Paraná, está por exigir a correção da Carreira de Procurador do Estado.

Assim, para o cumprimento eficaz da competência constitucional estadual estabelecida pelo artigo 123 a 126 da Constituição do Estado do Paraná à Procuradoria Geral do Estado é imprescindível a alteração na carreira que atualmente conta com somente 160 cargos, completamente ocupados e distribuídos em todo território paranaense e Brasília.

Diante da insustentável situação, o Decreto nº 3636, de 20 de setembro de 2004 estabeleceu que os cargos vagos no Quadro Especial de Advogados do Estado devem ser transferidos e acrescidos à Carreira de Procuradores do Estado.

O presente anteprojeto de lei tem como fundamento dar efetividade ao aludido Decreto e, pela informação obtida junto à Secretaria de Estado da Administração e Previdência sabe-se o número de vagas existentes no Quadro Especial de Advogados que pode

sofrer a transferência para a Carreira de Procurador do Estado.

Deve ficar esclarecido que a transferência dos cargos vagos do Quadro Especial da Carreira de Advogados do Estado à Carreira de Procurador do Estado não acarreta qualquer impacto financeiro-orçamentário, e obedece à regra da LC 101/200, uma vez que o artigo 2º do Decreto nº 3636/2004, remanejou os recursos orçamentários daquele Quadro Especial para a fonte de gasto de pessoal do orçamento da Procuradoria Geral do Estado.

Portanto, conforme permite o parágrafo único do artigo 28 da Lei Complementar nº 40, poderão ser acrescentados os cargos na carreira de Procurador do Estado pelo presente anteprojeto de lei.

Curitiba, 14 de outubro de 2004.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os incisos I, II, III, IV e V do artigo 28 da Lei Complementar nº 40/87 passam a ter a seguinte redação:

- I - (36) cargos de Classe I;
- II - (52) cargos de Classe II;
- III - (55) cargos de Classe III;
- IV - (73) cargos de Classe IV;
- V - (80) cargos de Classe V.

Art. 2º - A partir da publicação da presente lei os cargos vagos na carreira de que trata a Lei 9.422/90 ficam automaticamente transferidos à carreira instituída pelo Capítulo IV, Seção II da Constituição do Estado do Paraná, os quais serão readequados em classe por resolução do titular da pasta.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

Sob os nºs CTL/CC/174, 175, 176, 177 e 178/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

202/2004: De autoria da Deputada Cida Borghetti, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Waldemar Allegretti, o qual foi convertido em Lei nº 14.504. **Anote-se - Archive-se.**

256/2003: De autoria do Deputado Natálio Stica, que acresce alínea c, ao inciso I, do artigo 4º, da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003 (IPVA), o qual foi convertido em Lei nº 14.505. **Anote-se - Archive-se.**

254/2004: Do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre o Quadro de Servidores do Foro Judicial a tabela de nível de vencimento aplicável aos servidores das Secre-

tarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada, o qual foi convertido em Lei nº 14.506. **Anote-se - Arquivo-se.**

298/2004: Do Tribunal de Contas, que incorpora as vantagens que especifica aos vencimentos básicos dos servidores do Quadro de Pessoal do Tribunal do Estado e adota outras providências, o qual foi convertido em Lei nº 14.507. **Anote-se - Arquivo-se.**

178/2004: De autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que institui no calendário oficial do Estado a Semana de Defesa e Valorização da Língua Portuguesa, conforme especifica, o qual foi convertido em Lei nº 14.508. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob os nºs 151 e 155/2004, do Sr. Marco Chagas Gomes, Coordenador Geral do Fundo Nacional de Assistência Social, informando transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social/PR, destinado à manutenção dos serviços assistenciais de Ação Continuada e Abrigo/2004. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs 891 a 893/2004, do Sr. José Henrique Paim Fernandes, Presidente do FNDE, comunicando liberação de recursos financeiros destinado ao Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 342/2004, do Sr. Reinhold Stephanes, Secretário do Planejamento e Coordenação Geral, encaminhando Demonstrativo das Alterações de Despesas realizadas no 3º trimestre de 2004. **Ao conhecimento da Casa.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1618

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja retirado de pauta, por 10 Sessões, o item 08, Projeto de Lei nº 484/2003, tendo em vista que a revogação da Lei 13.272/2001, que institui o Teste da Orelhinha nos Hospitais do Estado do Paraná poderá retardar a regulamentação da lei, cujo projeto já se encontra no Ministério da Saúde.

Sala das Sessões, em 18.10.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

Apoioamento:

Geraldo Cartário.

REQUERIMENTO Nº 1623

Senhor Presidente:

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja retirado da pauta da Ordem do Dia de hoje, o Projeto de Lei nº 098/2003, por cinco (05) Sessões.

Sala das Sessões, em 18.10.2004.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 1624

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a retirada por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 252/2003. Item 05 da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 18.10.2004.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 1625

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja adiado por 10 Sessões, o Projeto de Lei nº 626/2003, que institui que as escolas da Zona Rural, públicas e privadas do Estado do Paraná, deverão dispor de embasamento teórico e prático em agricultura ecológica.

O referido adiamento justifica-se pelo fato de que o projeto de Lei 626/2003, trata de matéria complexa, dispondo inclusive sobre a vida e a saúde dos agricultores e dos consumidores de produtos agrícolas, bem como da tão carente educação ecológica.

Destaca-se ainda que o referido projeto teve, por substitutivo apresentado, mudança desnecessária, o que tornou o presente projeto sem objetivo e precisamos, antes de votá-lo, discuti-lo melhor.

Para tanto pede-se o presente adiamento.

Sala das Sessões, em 18.10.2004.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 1611

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, a designação da data de 10 de novembro, para realização de Sessão Solene Comemorativa, em alusão aos 151 anos da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.10.2004.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Com esta proposição queremos prestar nossa homenagem à Polícia Civil do Estado do Paraná, que comemora 151 anos no corrente ano.

REQUERIMENTO Nº 1622

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o uso das dependências do plenário desta Casa, para a Sessão Solene em comemoração à Data Nacional da Consciência Negra e dos 309 anos de Imortalidade de Zumbi dos Palmares, no dia 19 de novembro do corrente, às 18:00 horas.

Ressaltamos ainda que esta comemoração estará completando a 9ª Edição, fazendo parte do Calendário Oficial das Comunidades Afro-Brasileiras do Estado do Paraná, realizadas por esta Assembléia Legislativa e por esse Consulado em parceria com o Centro de Integração Social, Cultural, Comercial e Turístico Afro-Brasileiro e da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Senegal-África.

Sala das Sessões, em 18.10.2004.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 1613

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Jules Gineste Salomon, ocorrido nesta Capital em 14 de outubro de 2004.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18.10.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 74 anos de idade, faleceu em data de ontem, o Sr. Jules Gineste Salomon, que era filho de Alberto Salomon e Julieta Gineste Salomon.

Jules Gineste Salomon era economista aposentado da Caixa Econômica Federal.

Deixou viúva a escritora Dina Lunardelli Salomon. Deixou ainda, as filhas Christiane e Roseane, genros e netos.

O passamento de Jules Gineste veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

Tombou mais um lutador. A morte no seu perambular incessante não respeita nem fracos nem fortes. Por isso caiu o prezado amigo Jules Gineste Salomon, levando consigo a certeza de haver lutado com denodo e com altivez, o combate da honra e do dever.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca desmedida são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos.

Repousa pois, valente lutador.

Aceite a saudade dos seus entes queridos e dos seus amigos que com lágrimas nos olhos afirmam que pode repousar tranqüilo, que tudo farão para que sua obra na sociedade permaneça para atestar aos vindouros as suas excelsas qualidades de homem de ação e de coração.

REQUERIMENTO Nº 1626

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, a consignação de votos de profundo pesar à família Schneider, pelo falecimento do

irmão, esposo, pai e avô, e também Prefeito licenciado de Mercedes, Lídio José Schneider, ocorrido na data de hoje.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este Parlamentar, respeitando os sentimentos, diante da consternação da família, manifesta a sua solidariedade rogando ao Altíssimo força e resignação para suportarem a perda irreparável.

Que as saudades possam ser superadas com a grata lembrança do exemplo de amor à família, ao trabalho e à comunidade que o falecido nos deixou. E que exemplos!

Uma vida feita de admiráveis méritos, todos alcançados pela força da dignidade, honra e responsabilidade.

No trato da coisa pública, pois, fazia da política, que era uma de suas grandes paixões, um exercício admirável de humanismo. O arrojo, a seriedade, a compaixão e a prudência foram qualidades preponderantes em sua trajetória política, na condição de Vereador, líder emancipacionista de Mercedes, e depois seu primeiro Prefeito e agora em segundo mandato como Executivo daquele progressista Município do Oeste do Paraná.

Lídio José Schneider permanecerá na memória de sua família, de sua gente e de seu largo círculo de amizade como alguém que pautou a sua vida pelos melhores princípios cristãos e humanistas.

Caso aprovado o presente requerimento, solicita-se seja dada ciência à família enlutada, na pessoa da Sra. Helena Schneider, via correspondência, a ser encaminhada à Av. João XXII, 420 - CEP 85998-000, Mercedes / PR.

Sala das Sessões, em 18.10.2004.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1619

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações a APP - Sindicato dos Professores do Paraná, pela passagem do Dia do Professor, comemorado dia 15 de outubro.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. José Rodrigues Lemos, Presidente da APP, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Voluntários da Pátria, 475 - CEP 80020-926, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 18.10.2004.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 1620

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações ao Sindicato dos Eletricistas do Paraná, pela passagem do Dia do Eletricista, comemorado dia 17 de outubro.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. José Caetano Ferreira, Presidente do Sindicato, através de corre-

spondência a ser encaminhada à Rua Francisco Torres, 545 - CEP 80060-130 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 18.10.2004.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 1621

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro da Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações ao Sindicato dos Estivadores do Paraná, pela passagem do Dia do Estivador, comemorado dia 18 de outubro.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Jamil Amâncio das Neves, Presidente do Sindicato, através de correspondência a ser encaminhada à R. Visconde de Nacar, 732 - CEP 83203-430 - Paranaguá / PR.

Sala das Sessões, em 18.10.2004.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 1630

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de congratulações pelo 92º aniversário do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, comemorado no dia 08 de outubro próximo passado.

Requer ainda, que seja dado ciência ao Comando Geral, através de seu Comandante, o Cel. QOBM Mário Yoshio Wako, enviando correspondência à R. Nunes Machado, 100, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 18.10.2004.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A ousadia, a determinação, a força de vontade, a coragem, a confiança, o desapego à própria vida são, entre outras, características que marcam a nobre profissão do bombeiro. Profissão esta que merece de nossa parte e de toda a sociedade a mais alta estima e a mais alta consideração.

Na verdade, são 92 anos em que a corporação do Corpo de Bombeiros do Paraná vem desenvolvendo um serviço de relevante alcance social. Evitando tragédias, salvando o patrimônio e o principal, as valiosas vidas dos nossos cidadãos, os nossos bombeiros fazem do dia-a-dia mais do que uma obrigação profissional.

O trabalho passa a ser uma vocação. Vocacionadas são as pessoas que enfrentam com garra e destemor o perigo. Vocacionadas são as pessoas que colocam a própria vida em risco para salvar vidas alheias. Vocacionadas são as pessoas que sofrem com o sofrimento do próximo e procuram, da melhor maneira possível, amenizar a dor do anônimo cidadão.

Parabéns ao Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná pelo aniversário de fundação. Por mais que colocássemos palavras para homenageá-los, ainda assim

não conseguiríamos evidenciar o importante papel de cada membro desta valorosa corporação.

Porém, uma coisa é certa: a nossa sociedade tem e sempre terá uma enorme dívida de gratidão com todos os bombeiros paranaenses.

REQUERIMENTO Nº 1615

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de Munhoz de Mello, pela passagem, no próximo dia 03 de novembro/2004, do 48º aniversário de sua emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Celso da Silva, Prefeito Municipal; ao Vice-Prefeito, Sr. José Gomes, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Munhoz de Mello.

Sala das Sessões, em 18.10.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O dia três de novembro é a data em que se comemora o aniversário de Munhoz de Mello, uma cidade que a cada dia que passa desenvolve-se mais e mais, seja na indústria, comércio ou agricultura, pois, seu povo é trabalhador e tem sede de progresso. Sua população sempre voltada para o futuro, ansiosa pelo desenvolvimento cada vez mais acentuado e mais rápido de toda a região, graças às suas riquezas naturais. Munhoz de Mello, fruto da visão administrativa de sucessivos governos municipais e de seu povo honesto e cumpridor de seus deveres conta hoje com extraordinário surto de progresso. Portanto, Munhoz de Mello pode orgulhar-se de seu passado e de seus filhos, de ontem e de hoje, ali nascidos ou vindos de outras plagas. Com todo o respeito que as autoridades e a população de Munhoz de Mello são merecedores, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, renova sua homenagem de gratidão na certeza de que continuarão dando o melhor de seus esforços pelo desenvolvimento cada vez mais crescente do Município.

REQUERIMENTO Nº 1616

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos, ao Município de Piên, pela passagem, no próximo dia 1º de novembro, do seu 43º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Francisco Marques Neto, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, José Loir Dreveck, bem como a todos os Vereadores, para que, em nome do

Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Piên.

Sala das Sessões, em 18.10.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 1º de novembro, o Município de Piên comemorará seu 43º aniversário de emancipação política. E é com muita satisfação que constatamos que o Município atravessa uma fase de desenvolvimento econômico, urbanístico e social. A certeza de dias melhores aliada a tudo o que o povo já conquistou com trabalho e dedicação, com o respaldo de seus representantes, bem como a colaboração de toda a comunidade, satisfatoriamente se transformará em realidade.

É possível sentir e viver a transformação do Município de Piên, com seu crescimento, com seus administradores preocupados e compromissados com as mudanças que estão a promovê-las sempre contando com o apoio e a participação do seu povo, exultante de contentamento com o progresso e a qualidade de vida da população eminentemente trabalhadora.

É portanto, nesta data tão significativa que o Prefeito, Vice-Prefeito e todos os Vereadores, bem como toda a população de Piên, são credores da homenagem e do reconhecimento deste Deputado, na certeza que continuarão com a mesma pujança e garra sendo exemplo e cópia modelos para os demais Municípios.

REQUERIMENTO Nº 1617

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Coritiba Futebol Clube, pela passagem de seus 95 anos de fundação, no dia 12 de outubro de 2004.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Dr. Giovani Gionedis, Presidente do Coritiba Futebol Clube, para que receba e transmita a todos os companheiros de diretoria, associados e atletas, o reconhecimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.10.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Coritiba Futebol Clube, em sua trajetória vitoriosa, tem sido motivo de orgulho para os paranaenses.

Portanto, o dia 12, marcou o 95º aniversário de fundação desse nosso querido Clube. Pelos feitos de suas administrações, o Clube vem mantendo posição atuante e participativa na vida paranaense.

Graças ao espírito administrativo de seus diretores e o apoio incondicionado de sua grande torcida, o Bairro da Glória onde se localiza o Estádio, tornou-se a principal praça de esportes do Paraná.

pela dedicação dos ilustres “coxas” que passaram pelos cargos diretivos, deve-se a grandeza do Coritiba.

Nesta significativa data o Coritiba Futebol Clube é merecedor desta homenagem da população paranaense, através deste Deputado uma vez que vem enaltecendo o futebol estadual e brasileiro em todos os sentidos, sempre com a proteção, as bênçãos sublimes e divinas da Rainha e Padroeira do Brasil, Nossa Senhora da Aparecida.

REQUERIMENTO Nº 1612

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, vem à ilustre presença de V. Exa. para REQUERER, após ouvido o Plenário, seja enviado correspondência ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, solicitando à SANEPAR informações pertinentes ao Município de Campo Mourão quais sejam:

01 - Existe dívida da SANEPAR com o Município?

02 - Se existir, qual o valor desta dívida e referente a quê?

Sala das Sessões, em 18.10.2004.

(a) NELSON TURECK

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 369/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores e Produtores Rurais do Bairro São José, com sede e foro no Município de Cruzeiro do Oeste.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.10.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores e Produtores Rurais do Bairro São José, com sede e foro no Município de Cruzeiro do Oeste, foi fundada em 14 de maio de 2003, registrada no Cartório de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas e de Protestos de Títulos do oficial Oswaldo Moretto, no dia 02 de junho de 2003, sob nº 14.475 c/ Protocolo A 3 - sob nº 237 às fls A1-P.S, conforme consta no verso das fls-011 dos Estatutos.

A Associação de Moradores e Produtores Rurais do Bairro São José do Município de Cruzeiro do Oeste, tem por objetivo promover união dos produtores através de mecanismos disponíveis, proporcionando aos produtores e associados melhores condições na compra de insumos, defensivos, máquinas, animais, etc.

Pelo artigo 08 os Diretores exercem seus respectivos cargos sem remuneração.

Pela Lei Municipal nº 019 de 2003, de 04 de julho de 2003, a Associação de Moradores e Produtores Rurais

do Bairro São José de Cruzeiro do Oeste, foi declarada de Utilidade Pública Municipal.

A Associação de Moradores e Produtores Rurais do Bairro São José de Cruzeiro do Oeste possui o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 05.680.787/0001-01.

PROJETO DE LEI Nº 370/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ALAP - Academia de Letras e Artes de Pato Branco-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.10.2004.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A instalação da Academia de Letras e Artes de Pato Branco era um antigo sonho de escritores, poetas e artistas do Município, que se reuniam periodicamente com o objetivo de valorizar e congregar atividades literárias e artísticas nas mais diversas formas de expressão. Apoiados pela Administração Municipal, através do Departamento de Cultura de Pato Branco, foram realizados contatos com o Presidente da Academia de Letras do Paraná, Dr. Túlio Vargas, que foi o grande incentivador da instalação de academias em cidades do interior do Estado.

Graças ao esforço conjunto da sociedade, administração e a Presidência da Academia de letras, a ALAP - Academia de Letras e Artes de Pato Branco teve sua efetivação no dia 22 de junho de 2001.

Entre várias atividades e realizações está o lançamento da 1ª Revista da ALAP em 2003 e também do site www.alap.org.br, que dentre outras informações traz um formulário interativo para escritores e artistas do Paraná divulgarem seus trabalhos e atividades, e informar o público sobre as atividades, cursos, apresentações e festividades culturais, incluindo cantores e pequenos grupos musicais divulgarem seu trabalho.

Vários acadêmicos participam ativamente das exposições de arte, lançamento de livros e palestras numa verdadeira integração cultural com o município.

A ALAP também mantém uma coluna permanente com o Jornal Diário do Povo onde são divulgadas as diversas atividades e projetos culturais.

Por todos esses motivos entendemos que a ALAP torna-se merecedora de ser declarada de Utilidade Pública Estadual, por promover com competência e seriedade sua função de fomentar, divulgar e apoiar as mais diversas atividades literárias e artísticas e praticar verdadeiramente o intercâmbio cultural, não somente na região, mas em todo o Estado do Paraná e no País.

PROJETO DE LEI Nº 371/2004

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica acrescentada a letra “t” ao inciso II do artigo 14, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996:

“Art. 14 -...

II -...

a)....

t) - produtos classificados na Nomenclatura Brasileira de Mercadorias: reboques e semi-reboques (8716.3900), eixos, exceto de transmissão e suas partes (8708.60), elevadores e monta-cargas (8428.10), escadas e tapetes rolantes (8428.40) e partes de elevadores (8431.31).

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.10.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoio: Padre Paulo Campos.

JUSTIFICATIVA:

Em uma quadra de restrições econômicas quanto a experimentada ciclicamente pelo País, a produção e o emprego domésticos apenas se conseguem preservados mediante a adoção de instrumentos que propiciem elevar a taxa de investimento e alavancar segmentos de atividades que se ligam dinamicamente com outros ramos de negócios.

Como resultados de mais de dez anos de relativa estabilidade econômica, ficaram mais visíveis e transparentes alguns pontos de estrangulamento na matriz de custos de produção industrial, muitos deles eliminados por uma série de providências dentro das próprias empresas, posto que sob seu alcance e alçada de supressão. Outros, entretanto, estão situados fora de circunscrição das empresas e, por isso, requerem a iniciativa de entidades que detenham o poder de erradicá-los.

É o caso dos custos relacionados à carga tributária dos reboques e semi-reboques, que se apresentam desbalanceados com aqueles atribuídos, por exemplo, a tratores e caminhões, posto que estes já estão contemplados com alíquota de ICMS de 12% nas operações internas (letras “n” e “o”, artigo 14, II, da Lei nº 11.580/96). Nada mais óbvio do que conferir ônus tributário equivalente aos equipamentos que se articulam, que se acoplam a esses veículos, como se propõe.

De outro lado, todos os produtos listados no projeto de lei recebem carga tributária menos gravosa em outras Unidades da Federação, o Estado de São Paulo tributa tais mercadorias a 12% nas operações de seu mercado interno.

Há que restabelecer, então, condições de competitividade, dentro do mercado paranaense, a esses produtos aqui fabricados. É que os usuários/compradores sediados no Paraná, ao adquirirem os produtos mencionados de indústrias localizadas em outros Estados, o fazem com carga tributária de ICMS equivalente a 12%.

PROJETO DE LEI Nº 372/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Objetiva a reestruturação por parte do Poder Executivo da Defensoria Pública, para promover orientação jurídica integral e gratuita em todas as instâncias, em todo o território do Estado do Paraná, em cumprimento do que prevê o Artigo 5º, LXXXIV, da Constituição Federal e o Artigo 127, parágrafo único, da Constituição Estadual.

Art. 2º - A reestruturação de que trata o *caput* do artigo 1º, dar-se-á através de criação de Escritórios Regionais nas cidades sedes das Regiões Administrativas do Poder Executivo, sob a jurisdição da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, em convênio com a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, seção do Paraná.

Art. 3º - Os recursos para a operacionalização dos Escritórios de que trata o artigo anterior, serão tirados do Orçamento Geral do Estado, conforme o previsto no Código 04421202.250 Gerenciamento da Estrutura Administrativa da SEJU.

Parágrafo Único - O Poder Executivo poderá propor Convênios com os Municípios em percentuais que será regulamentado por Decreto.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.10.2004.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

O Paraná é um dos únicos Estados do Brasil a não possuir uma Defensoria Pública Estadual com um quadro efetivo de advogados, constituído através de concurso público e que não possui um único defensor público no interior.

Esta é uma constatação que fizemos, e, que vem de encontro com observação da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, através da sua seção do Paraná.

O papel da Defensoria Pública é o de prestar assistência jurídica e integral aos cidadãos de baixa renda e carentes em causas cíveis e criminais. É um direito essencial à Justiça no Brasil, prerrogativa assegurada pela Constituição Federal de 1.988 e também confirmada pela Carta Magna Estadual.

Deveria ser um sistema organizado para a aplicação da Justiça, num país onde se vive tanto a proliferação da injustiça e o corroer dos salários - cada vez mais baixos - impondo-se sempre a justiça dos poderosos.

O artigo 5º, LXXXIV, da Constituição Federal e o artigo 127, parágrafo único da Constituição Estadual, preconizam que o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos cidadãos que comprovarem insuficiência de recursos para o pagamento de um advogado.

Também são princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a impessoalidade e a independência na função.

O princípio fundamental deste projeto de lei é dar oportunidade de atendimento gratuito aos Municípios de Índice de Desenvolvimento Humano - IDH mais baixo, onde por certo se concentra o maior número de pessoas carentes.

Como sabemos da impossibilidade de se implantar uma Defensoria Pública em cada um dos 399 Municípios do Estado, propomos a sua operacionalização a partir das sedes das microrregiões Administrativas do Estado.

Como os recursos já estão previstos no Orçamento do Estado, conforme descreve o artigo 3 do presente projeto de lei, não existindo, portanto, qualquer problema operacional.

Como na Capital a Defensoria Pública existe, mesmo funcionando precariamente, objetivamos a reestruturação da mesma como um todo, a partir de um convênio que já existia com a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Paraná, atendendo desta forma o anseio das pessoas menos favorecidas pela sorte, que precisam de atendimento por parte da justiça.

Assim devidamente justificado, pedimos a colaboração dos nobres pares para a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A questão da segurança pública no Estado do Paraná parece relegada, realmente, a terceiro plano, não só na Capital do Estado, na região metropolitana, mas no interior do nosso Estado do Paraná. Aqui em Curitiba, um empresário foi brutalmente assassinado quando marginais roubaram o seu relógio. Hoje a Gazeta do Povo traz uma matéria de página inteira denunciando o que toda a sociedade curitibana sabe: o alto índice de furtos realizados em plena luz do dia, ali, na Avenida das Torres.

Na semana passada, o Comandante-Chefe Xavier, da Polícia Militar em Curitiba, evitou um furto em plena luz do dia. O *modus operandi* é sempre o mesmo: em sinaleiros anteriores as vítimas são previamente marcadas, são identificadas por esses gatunos e quando chegam na altura da favela, ali na Avenida das Torres são assaltadas. Quando os veículos estão com a janela aberta, tornam mais fácil a ação dos marginais e quando não estão, sem nenhuma dificuldade, os marginais quebram o vidro do carro e roubam, normalmente, as bolsas das mulheres. Uma prática contumaz, realizada todos os dias, em plena luz do dia, e não obstante, a Secretaria de Segurança Pública parece que fica totalmente inerte diante desta situação.

Ali mesmo na Avenida das Torres colocaram, ao lado do prédio da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, uma viatura da Polícia Militar, eles já ficam no lado contrário de onde ocorrem os crimes, os assaltos, justamente para que não sejam eficientes para reprimir o crime!

Parece-me uma questão extremamente simples de ser combatida, nobre Deputado Dobrandino: basta uma ação efetiva da Polícia na Avenida das Torres, ali naquela favela, que esse tipo de crime sumirá. Basta que tenhamos ali policiais militares, viaturas, ou que se quiserem, realmente prender os malandros, os bandidos, basta tão somente uma isca: colocar uma mulher dentro de um carro com uma bolsa no banco da frente e uma viatura descaracterizada da Polícia, da P2 ou da Polícia Civil que quantas mulheres passarem por ali com os vidros fechados ou não, mas com as bolsas à vista, com toda certeza serão atacadas pelos marginais.

Havendo viaturas descaracterizadas, a P2 ou a Polícia Civil, com toda certeza os marginais serão pegos e isso aconteceu quando o Coronel Xavier estava atrás de uma senhora que foi abordada, violentamente atacada e simplesmente deu voz de prisão aos assaltantes. Não me parece nenhum serviço que precise da inteligência da Polícia Militar e nem da inteligência do nobre Secretário de Segurança Pública; basta única e tão somente a boa vontade, a ação efetiva da Polícia Militar.

Outra região de Curitiba que é toda semana alvo de ataque, é o Batel. Basta que efetivamente haja um policiamento mais ostensivo para que esses crimes que acontecem com muita frequência nos sinaleiros da nossa cidade, sejam evitados.

Faço o apelo aqui porque não entendo que um Governador ou o Governo do Estado possa usar o tema da segurança pública para promover-se numa campanha política, como tem feito, infelizmente, o Governo do Estado do Paraná, dizendo que se ganhar o candidato dele haverá integração da Polícia Civil, da Polícia Militar!

Parece-me isso de um absurdo inaceitável. O povo do Paraná e o povo de Curitiba são suficientemente inteligentes para saber que segurança pública é obrigação, é dever, é responsabilidade do Governo do Estado! Não age o Governo do Estado com a responsabilidade e com a seriedade que a segurança pública requer! Nem mesmo a auto-nomeação do próprio Governador como Secretário de Segurança Pública foi capaz de inibir, de coibir a prática do crime organizado na cidade de Curitiba e no Estado do Paraná!

Por isso, Sr. Presidente, fica aqui uma cobrança pública. É só uma ação efetiva da Polícia Militar e da Polícia Civil, e esse tipo de crime sumirá das páginas policiais de nossa cidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Deputado Barbosa Neto, pela ordem de inscrição.

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo à tribuna na tarde de hoje para desmestificar aqui uma tese dita com muita insistência tempos atrás, mas que infelizmente para aqueles que representavam uma ave de mais agouros para a Política Nacional, ela não se confirmou.

Ao contrário do que muita gente dizia, que o PDT, Partido Democrático Trabalhista estava fadado à extinção, logo após a morte do saudoso Leonel Brizola, o partido demonstrou um crescimento significativo nas últimas eleições. Aqui no Estado do Paraná, por exemplo, o PDT teve um resultado altamente positivo, ganhando as Prefeituras de importantes cidades do nosso Estado, como Foz do Iguaçu, Cornélio Procópio, Pato Branco e outros Municípios importantes.

E ainda na nossa região, no Norte do Estado, o PDT fez sete importantes Prefeituras. Aliás, está aqui presente o Prefeito eleito da Cidade de Ribeirão do Pinhal, Moacir Lataliza; também o Prefeito eleito da Cidade de Santa Cecília do Pavão, Edmar dos Santos. Ganhamos em Cornélio Procópio, com Amin Hanuch; em Jataizinho, com Wilson Fernandes; em Assaí, com Tuti Bomtempo; em Alvorada do Sul, com Marcos Voltareli; em Sabaldia, com Almir Santos, e em vários outros municípios importantes do Estado do Paraná. Aliás, o PDT, que lançou 83 candidatos, teve o maior resultado de aproveitamento do Paraná: elegeu quarenta e quatro Prefeitos. Em todo o País, o PDT tem mais de trezentas Prefeituras sob o seu comando. O Paraná só perde para o Rio Grande do Sul, onde foram eleitos 97 chefes do Executivo Municipal. O PDT paranaense acaba sendo, sem dúvida nenhuma, a segunda maior força nacional do partido do nosso grande Leonel Brizola, pavimentando e fortalecendo a condição de provável candidato ao Governo do Estado do Senador Osmar Dias, que foi, sem dúvida nenhuma, o grande vitorioso nessas eleições.

O PDT ainda disputa as eleições em 2º turno em seis cidades importantes do nosso País, como Campos e Niterói no Rio de Janeiro; Baurú e Campinas, em São Paulo, além de Capitais como Maceió e também Salvador, no Nordeste. E voltando a focar os olhos para o Estado do Paraná, na região Oeste o PDT venceu mais que o Partido do Governador! Participou de coligações, venceu em alguns Municípios, mas das cinquenta Prefeituras o PDT venceu a eleição com candidato próprio ou a vice, ou simplesmente participando de coligação em 29 Municípios, o que demonstra, a força de nosso Partido no Estado do Paraná.

O PDT fez mais do que o dobro das Prefeituras da última eleição e passou de dezenove para quarenta e quatro Prefeitos. Isso prova, mais uma vez, a força de nosso Partido e em nome dos Deputados que fazem parte da nossa Bancada nesta Assembléia, Augustinho Zucchi, do Sudoeste, Renato Gaúcho da Região Metropolitana da Capital, bem como o Deputado Neivo Beraldin, estamos neste momento saudando a todos os pedetistas do nosso

Estado por essa excelente vitória. No nosso caso, por exemplo, não fomos felizes na Cidade de Londrina, mas deixamos, acima de tudo, uma Bancada expressiva com três Vereadores eleitos; fizemos 11% dos votos, enfrentando aí as máquinas administrativas do Governo Estadual, Federal e Municipal, mas marcamos a nossa posição, e, claro, apenas adiamos a nossa vitória para uma próxima oportunidade.

Por isso queremos, até aproveitando a oportunidade, conclamar os Partidos que fazem parte do provável leque de alianças, os Partidos que fazem Oposição nesta Casa, como o PSDB, o PFL, o PP, o PPS, o PSL que com certeza poderão somar esforços rumo ao Governo do Estado no ano de 2006.

Era o que tinha, Sr. Presidente, e muito obrigado pela atenção.

A SRA. ELZA CORREIA (Pela Ordem)

Sr. Presidente.

Apenas para anunciar e agradecer a presença dos Vereadores do PMDB de Sertãoópolis, o Júnior Oporto, a Leila Rissinatti, a Mariluz Zanin e a Tatiane Almeida, nossa ex-Vereadora, e aqui eles estão representando nosso Prefeito, Doutor Luiz Oporto e seu vice, Ezequiel, também ambos do PMDB e que foram eleitos e nos honram com suas visitas hoje nesta Casa.

Da mesma forma cumprimento os demais Prefeitos e visitantes que hoje se encontram presentes aqui.

Era isso e obrigada!

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

Sr. Presidente.

Queremos registrar a presença, com muita alegria, em nosso meio, do ex-Deputado Estadual Edno Guimarães, que foi Parlamentar desta Casa por duas legislaturas e que eu tive o prazer e privilégio de, além de tê-lo como companheiro, como muitos Deputados tiveram, também como meu vizinho de Gabinete. E ele se elegeu agora como Prefeito na Cidade de Cianorte e desejamos ao Edno sucesso e felicidade na sua jornada, na qual o senhor já passou como Prefeito e volta a ocupar novamente a cadeira do Executivo daquele Município.

Parabéns e sucesso!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Pela ordem de inscrição, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo à tribuna para falar sobre a visita do Presidente Lula ao Paraná. E acredito, sinceramente, que o Governo Federal, através do Presidente da República, Deputado Nelson Justus, está menosprezando a inteligência do povo brasileiro! Outro dia, estive em Londrina inaugurando uma obra do Belinati.

Ora, todos nós sabemos que o objetivo da ida do Lula a Londrina não foi para inaugurar a obra, foi uma justificativa para poder usar o aparato que o Presidente da República tem direito para ir a Londrina. Eu achei que um erro pode ser perdoado, mas hoje o Presidente Lula veio ao Paraná, almoçou com o Governador Requião. E eu ainda acredito na coragem do Governador Requião, que neste almoço iria dizer ou vai dizer ao Presidente Lula, o Paraná é o Estado da Federação que menos recursos recebeu do Governo Federal. Então, o que tínhamos que servir ao presidente da República hoje, não era um almoço, era um sanduíche! E nesse sanduíche talvez não pudesse colocar presunto; apenas queijo, porque o Presidente da República atende o Paraná para quem tem um aliado aqui no Paraná, como o Governador Requião, - com esse descaso, e não merece ser recebido pelo Governador.

Mas, acredito que o Governador aproveitou esse almoço para dizer ao Lula que os paranaenses não são bobos, que os paranaenses estão observando as atitudes do Governo Federal com o Paraná, porque ele não está discriminando o Governador Requião, ele não está discriminando os políticos paranaenses, ele está discriminando o povo paranaense! E depois de ter ido a Londrina, o Presidente da República, daqui a pouco estará inaugurando essa monumental obra, quase que uma Itaipu.

Para que os senhores tenham idéia da incoerência, essa obra ainda vai levar seis meses para funcionar! Ora, meus amigos, se é uma obra para atendimento à população, no mínimo pela fotografia que estou vendo aqui, da Gazeta do Povo, nem o jardineiro passou lá para que essa obra fosse inaugurada. Essa obra não tem uma cadeira! Tomara que o Presidente da República não sofra, em um momento de cansaço dessa estressante campanha política do Presidente da República, que não precise de uma cadeira para se sentar.

Quer dizer, é importante traduzir essa inauguração do Presidente da República a Curitiba. Se ele quisesse ter uma atitude coerente, teria que pegar um avião particular, patrocinado por quem quer que seja e viesse a Curitiba, andasse pelas suas ruas, e certamente nós do PSDB não estaríamos trancando ruas para que ele pudesse passear em Curitiba!

Não é o que está acontecendo com o nosso candidato Beto Richa, que educadamente, por duas oportunidades neste final de semana, teve que desviar caminho porque o PT não quer que o Beto Richa faça campanha em Curitiba. Primeiro, foi na visita do Governador de São Paulo a Curitiba: saindo do hotel, dirigindo-se à Boca Maldita, se deram de frente com uma multidão aonde trancaram a rua para que o Governador de São Paulo, o nosso candidato Beto Richa e o seu Vice e os Deputados que estavam juntos, não pudessem passar! O Deputado Beto Richa, com sua costumeira educação, desviou o caminho, deu uma volta na quadra, deixou a multidão que se diz democrática, que não quer ter adversário e foi fazer a sua caminhada.

Mas, meus senhores, o Presidente da República vir a Curitiba inaugurar uma obra que nem o jardineiro compareceu, que não tem uma cadeira para sentar, só para encontrar argumentos para vir à campanha? Quero dizer aos senhores que nós somos diferentes! Nós achamos que o Presidente da República deve seu apoio ao candidato do PT! Isto não tem nenhuma dúvida! Mas que pegasse um avião particular, o Partido tem tanto dinheiro em caixa, dizem que é um dos Partidos mais ricos do Brasil, alugasse um avião, viesse a Curitiba, fizesse uma caminhada, um belo comício e nós estaríamos aqui cumprimentando pela sua atitude democrática, que não se esconde neste momento em que está perdendo as eleições em Curitiba, e vem aqui trazer o seu apoio. Esta é até uma atitude bonita. Está perdendo aqui. Está perdendo em Londrina. Diga-se de passagem segundo informações, foi ótima a visita dele em Londrina, porque a eleição em Londrina estava empatada e o que aconteceu? Foram lá tirar a placa de uma obra que já estava inaugurada.

Então, temos que denunciar isto à população. Peço o apoio da imprensa paranaense e da imprensa brasileira que sempre prestou um serviço a esta Nação em favor da democracia. Agora, não podemos ficar aqui com cara de bobo, achando que o Presidente da República veio inaugurar esta obra cheia de capim, que não tem uma cadeira, que não tem um equipamento, que vai funcionar no ano que vem - ele podia aproveitar o dia de Natal para vir aqui inaugurar esta obra para dar de presente ao povo paranaense.

Agora ele está vindo aqui ao Paraná fazer campanha eleitoral com o dinheiro do povo brasileiro! Não é com a venda de estrelinha na Boca Maldita, é com o dinheiro do povo brasileiro, porque toda a segurança, todo o aparato que veio com o Presidente da República, sai dos cofres do governo brasileiro! Nunca vi, ao longo do tempo que estamos vivendo esta democracia algo como está acontecendo! Estou investigando mais um caso da Itaipu Binacional e amanhã volto à tribuna para falar sobre a Itaipu, Deputado Dobrandino.

O Sr. Ademar Traiano

Permite um aparte, Deputado?

Acompanho o seu pronunciamento, Deputado Rossoni, e acho que V. Exa. aborda um assunto realmente palpitante da vida política paranaense e brasileira. Aliás, a vinda do Presidente Lula ao Paraná, com certeza, vai contribuir, e muito, para a caminhada do nosso futuro Prefeito Beto Richa, até pela manifestação desordeira, lamentável, que aconteceu no último sábado quando aqui esteve o Governador de São Paulo.

Por onde passou o Presidente Lula, as pesquisas mostram que os adversários acabam crescendo e muito! O Serra está muito feliz porque a presença do Presidente Lula, lá em São Paulo, consolidou com certeza a vitória do futuro Prefeito.

Mas quero contribuir com o seu pronunciamento e acrescentar apenas que esta vinda ao Paraná do Presi-

dente Lula, não seja ela apenas para reforçar a campanha do candidato Vanhoni, pelo PT, mas acho que é uma troca de idéias, de informações com relação ao avião presidencial e ao avião que o Governador adquiriu há algum tempo atrás. É para trocar figurinhas, conhecer aquilo que existe em termos de qualidade nos aviões para que possam mostrar aos paranaenses e aos brasileiros que muita coisa muito mais importante que comprar avião, existe a nível nacional.

Ontem, presenciamos a Rede Globo mostrar ao Brasil inteiro a vergonha que está acontecendo com a Bolsa-Família comandada por aqueles que tanto condenaram os investimentos feitos pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso e agora envergonhadamente o Sr. Ministro não teve como contestar as informações da Globo!

Da mesma forma adquirem um avião presidencial que é um luxo! Os Presidentes dos países mais influentes do mundo não têm avião como esse e aqui no Paraná também agora se adquire um avião para brincar de voar! Enquanto se compra um avião por cinco milhões de reais, nós poderíamos estar construindo 500 casas populares, fazendo escolas, postos de saúde!

Infelizmente, para eles, este discurso só nos ajuda, Deputado Rossoni. Temos que agradecer a presença do Lula aqui no Paraná, porque eu não tenho dúvida, o povo curitibano é inteligente, sabe o que quer e não tenho mais a menor dúvida que nosso Prefeito será o Beto Richa.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, é importante ficar registrado aqui, neste momento, que meu pronunciamento não é contra a vinda do Presidente Lula à campanha eleitoral, porque todos nós fazemos isso! Nós pegamos nosso carro e vamos à campanha de Toledo, não é isso, Deputado Duílio? Isso é normal! Agora, o que não pode é arrumar pretextos para vir ao Paraná fazer este tipo de inauguração! E vejam, a dificuldade que tem o Presidente da República para vir inaugurar uma obra inacabada, é porque ele não fez nada para os paranaenses! Essa é a grande verdade!

Era este o registro para que o PT, para que o Presidente da República saiba que os paranaenses estão prestando atenção nas suas atitudes, que ao longo da história dos Presidentes da República isto nunca aconteceu! E o fato da Itaipu Binacional que amanhã trago a esta Casa, por falta de tempo não falo hoje, também, ao longo da história nunca aconteceu!

Era isso, Sr. Presidente. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não havendo oradores inscritos no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

No Horário do PFL, concedo a palavra ao Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvi atentamente o pronunciamento do nobre Deputado Valdir Rossoni. Concorde em quase tudo, mas ousou discordar de alguns pontos: o Paraná faz exemplo no Brasil.

O Paraná, que sempre teve grandes Governadores, que foi um dos primeiros Estados do Brasil a apoiar as “Diretas Já”, a ser forte resistência ao Regime Militar e que efetivamente comandou, lembro-me que estava num comício na Rua XV, um dos maiores comícios da República sobre as “Diretas Já”.

Lembro que o primeiro Governador eleito pelo voto direto após o regime de exceção foi o ex-Prefeito de Londrina, José Richa, que ganhou a eleição com uma grande e esmagadora maioria de votos sobre os “filhotes da ditadura” - como falávamos na época. O José Richa que sempre teve a dignidade, a serenidade e a honradez como Governador do Paraná, de se licenciar do cargo de Governador para fazer campanha neste Estado, licenciou-se, Deputado Valdir Rossoni, como Governador do Paraná, para fazer campanha ao atual Governador Roberto Requião e o elegeu, porque naquele momento foi o prestígio do José Richa, pela sua competente administração, que efetivamente elegeu Roberto Requião Prefeito de Curitiba.

Ora, não acho que o Brasil, que teve um estadista da envergadura moral e reconhecimento mundial de um Fernando Henrique Cardoso, que sempre teve uma postura, que foi Presidente da República por 8 anos, os seus candidatos disputaram eleições pelo Brasil inteiro e não vi o Fernando Henrique Cardoso, um dos maiores estadistas do mundo, sair em campanha como Presidente da República para os seus candidatos.

É uma vergonha para mim, cidadão brasileiro, saber que o Presidente da República, que é Presidente de todos nós brasileiros, foi autuado pela Justiça Eleitoral em 50 mil reais, que “República de Bananas” que nós vivemos? Um Presidente da República, que está ainda mais para líder sindical do que Presidente de uma República tão importante como é a nossa, sair de Brasília às custas do erário público para inaugurar uma obra feita pelo ex-Prefeito que só mudaram de nome e nem em funcionamento está! É uma “República de bananas”, e me incluo como Parlamentar nessa situação de ver o Presidente da República vir a Curitiba inaugurar algo que não existe!

Olha, a liturgia do cargo é fundamental. Um Presidente tem que ter a postura de estadista! Poderia, sim, apoiar os seus candidatos, mas que se licenciasse! Ou será que não confia no seu Vice? Licencie-se do cargo! O Partido é rico, o mais rico Partido do Brasil!

Estou aqui com os relatórios do Tribunal Regional Eleitoral. Enquanto o Deputado que o PT acusa, o Deputado das elites se propõe a gastar em Curitiba 4 milhões e 500 mil reais, o PT da massa operária e do proletariado se propõe a gastar 8 milhões de reais!

Em Londrina, enquanto o Partido do Deputado Geraldo Cartário se propõe a gastar 490 mil reais, o

Partido da Classe Operária, que não fez um comício na campanha passada e se elegeu Prefeito de Londrina, fez uma campanha franciscana, não tinham dinheiro sequer para fazer santinho, agora faz a campanha mais milionária já vista em Londrina nos últimos anos e se propõe a gastar 2 milhões e 500 mil reais! São dados oficiais.

Em Ponta Grossa, o Partido do nosso companheiro, ex-Deputado, que foi colega nosso aqui na Assembleia se propôs a gastar 3 milhões de reais contra 950 mil reais! Enquanto o Deputado Beto Richa ou o candidato do PSDB faz campanha em Curitiba de carro e é acusado pelos militantes pagos, e muito bem pagos pelo PT, o candidato do PT, voa alto, de helicóptero!

Então, Srs. Deputados, eu não posso aceitar essas distorções. Claro que o PT, o Vanhoni, têm, Lula, um grande cabo eleitoral. Quem não gostaria de ter o Lula como cabo eleitoral? Confesso que eu gostaria mais de ter o Lula, um grande Presidente da República, um estadista. Estaria prestando ele muito maior serviço ao povo brasileiro como Presidente da República, do que cabo eleitoral do PT, porque, mesmo com todo o seu carisma...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. tem um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. DURVAL AMARAL

Estou falando no Horário do PFL.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Se V. Exa. quiser usar também o Horário da Liderança da Oposição...

O SR. DURVAL AMARAL

Não, não.

Vou concluir, Sr. Presidente. Então, Srs. Deputados, lamentavelmente o PT tem um grande cabo eleitoral. O Brasil, infelizmente, não tem um grande Presidente da República!

Isso é lamentável para todos nós. Não segue a liturgia do cargo, não sabe diferenciar o que é ser Presidente da República, o que é ser líder sindical, o que é ser líder partidário. É lamentável.

Agora, por que esse desespero? Pela derrota nas urnas que ocorre nos berços do PT? São Paulo, berço do PT. A Marta Suplicy, já era! A eleição não acabou, mas já era! Precisou buscar o apoio do Paulo Salim Malluf, tão criticado pelo PT. Está lá, apoiando a Marta Suplicy. No Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, onde o PT fez escola para o Brasil e o povo de Porto Alegre e, aliás, eles querem trazer orçamento participativo e tantas outras coisas aqui para Curitiba e o povo de Porto Alegre está dizendo: “Governo fora”. O Rigotto foi Governador. Agora, José Fogazza está mandando com cartão vermelho o Prefeito do PT lá também.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao PMDB.

Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Tratar de campanha política é um assunto palpitante porque move paixões e emoções.

Cheguei atrasado aqui e não pude acompanhar o pronunciamento do Deputado Valdir Rossoni. Apenas ouvi em parte. Quero dizer que a vinda do Presidente Lula ao Paraná, é uma vinda justificável, não só no aspecto político mas sobretudo pela obra que está sendo inaugurada hoje no Paraná, moderna, que consumiu aproximadamente treze milhões de reais, um laboratório construído em dois hectares de terra, próximo à Academia do Guatupê, dos mais modernos do Brasil. Foi construído em parceria com o Governo do Estado e Governo Federal. Não é uma obra inacabada. É uma obra acabada, pronta e concluída! Ocorre Sr. Presidente, que o Laboratório Central do Paraná, que funciona hoje num prédio tombado pelo patrimônio Público, terá que ser removido aos poucos para a sede nova. Os equipamentos existem, pois já existem no laboratório atual. Eles serão transferidos de forma gradativa para a sede nova, para que o Laboratório Central do Paraná continue trabalhando. Serão transferidos em partes os serviços executados atualmente pelo Laboratório Central do Paraná. Portanto, é uma obra concluída e acabada. Não é inacabada, como fez o Governo anterior no Paraná, que deixou milhares de obras inacabadas no Estado do Paraná.

Centenas de convênios iniciados ou nem iniciados, maltratando com muita malvadeza os Prefeitos do Estado do Paraná. Se o Presidente Lula vem ao Paraná inaugurar essa obra e participa da campanha do seu companheiro político, é legítimo, sim! É legítimo vir aqui no Paraná participar da inauguração, declarar o apoio ao seu candidato, porque o Presidente da República é um ser político, foi eleito pelo povo, através de um Partido Político. Eu acho legítimo que o Presidente como cidadão, como político tenha também a sua participação no processo eleitoral.

Por isso, Sr. Presidente, quero dizer que com satisfação estive lá na recepção ao Presidente Lula, acompanhando a sua vinda ao Paraná, inaugurando essa expressiva obra, que vai ocupar dois hectares de terra na capital do Estado do Paraná, inaugurando um laboratório dos mais importantes, dos mais modernos do Brasil, aqui no nosso Estado.

A vinda do Presidente Lula significa uma aproximação ainda maior com o nosso Estado, com a possibilidade clara e evidente da liberação de recursos.

Quanto ao avião que o Governador Requião comprou e pagou cinco milhões de reais, isso é menos do que o Jaime Lerner gastou com aluguel de um jato, a serviço do gabinete do Governador, no período em que o Governador Jaime Lerner governou o nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a V. Exa. mais um minuto, para concluir o seu pronunciamento. Poderá também usar a Liderança da Oposição.

O SR. NEREU MOURA

Com um minuto eu concluo, Sr. Presidente.

Mais de cinco milhões de reais, o ex-Governador Jaime Lerner gastou com aluguel de avião, usado para ele se deslocar pelo Paraná e pelo Brasil.

O governador Requião não alugou; comprou o patrimônio público do Estado do Paraná. Aí que se faz a diferença.

Portanto, não vamos aqui discutir coisas porque a situação deixada pelo Governo que antecedeu a esse era grave e nós podemos, sim, fazer um paralelo. Não temos nenhuma preocupação de subir à tribuna para fazer esse paralelo, para mostrar que hoje, graças a Deus, o Paraná está bem governado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PPS, Deputado Marcos Isfer.

O SR. MARCOS ISFER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna no horário do Partido para trazer a esta Casa conhecimento de nota que já divulgamos à imprensa dizendo a respeito da independência do segundo turno, do PPS, que foi uma decisão democrática tomada depois de oito horas de reunião, onde, por várias razões, denunciamos que durante toda a campanha houve um aparelhamento do poder econômico, político e de mídia, pelo jogo da polarização das eleições em Curitiba.

Denunciamos as campanhas milionárias, as promessas eleitorais, as alianças feitas em troca de cargos e dessa postura. E dizemos, que todos nos ofereceram participação de governo.

Portanto, a nossa decisão não foi em momento nenhum, oportunista. Muito pelo contrário. Tomamos a resolução que nenhum de nós participaria dessas eleições, e isso está sendo cumprido por todos os membros do Partido. Contudo, nosso companheiro Rubens Bueno teve seu nome utilizado sem autorização por uma das campanhas. Está denunciando a utilização do seu nome, já foi à Justiça Eleitoral pedir direito de resposta. E pedir também, a possibilidade que seja retirada a utilização do seu nome, da sua figura, porque nós temos em todos os momentos, dito que se somos aliados sinceros do Governo Federal e do Governo Estadual, em nenhum momento nós deixamos de participar e de publicar documentos. Inclusive um recentemente a respeito do Governo Federal, onde nós falamos que, sem mudança, não há esperança, denunciando a lógica dessa política econômica que tanto tem sido perniciosa ao País.

Da mesma forma com relação ao Governo Estadual, onde em todos os momentos temos conversado e

mantido uma política de crítica e de apoio, mas sempre em todos os momentos com muita retidão.

Então o companheiro Rubens Bueno, que foi candidato a Prefeito, fez 20% no Município de Curitiba vai à Justiça Eleitoral pedir seu direito de resposta. Vai à Justiça comum também pela má utilização do seu nome e denuncia o uso da tentativa de mentirosamente colocá-lo em qualquer uma das duas campanhas. A bem da verdade, o companheiro não participa de nenhuma das duas campanhas, uma vez que as duas denunciou durante todo o processo eleitoral.

Então, é importante que isso fique muito claro, bem dito, porque alguns tentam passar à população do Paraná, por ser um Partido Popular Socialista, por ser um partido progressista, estaria automaticamente alinhado aqui ou acolá. Não é verdade, o PPS não está alinhado automaticamente; ele discute a política do voto limpo e justamente em função dessa discussão do voto limpo, foi que a gente vem reiterar nesse momento que não participa da campanha, quer do candidato do PT ou do candidato do PSDB. Mas, o Rubens Bueno, hoje pela manhã, já denunciou o mau uso do seu nome pela campanha do PT e vai fazê-lo enquanto pessoa física, pessoa pública e vai fazê-lo também enquanto Presidente Estadual do Partido.

Esta colocação é para deixar muito claro a esta Casa o posicionamento do PPS que tem que ser respeitado, uma vez que a decisão foi adotada pelo Partido como um todo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Consulta a Liderança do Governo.

(Declina)

Liderança da Oposição.

Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, o Deputado Nereu Moura na verdade não ouviu o meu pronunciamento, bem que ele falou da tribuna, porque eu não tinha feito críticas ao Governador Requião. Eu tinha dito aqui que acreditava que o Governador Requião estava oferecendo esse almoço ao Presidente da República para cobrar os recursos para o Paraná, porque afora Unidade da Federação que menos recursos recebeu.

Mas, já que foi puxada a questão do avião, eu li num jornal de hoje que o novo avião do Presidente da República dos Estados Unidos tem - pousa no Aeroporto do Rio de Janeiro no Galeão a descansar até depois do segundo turno. Depois, viajaremos com o novo avião com caviar e outras coisas mais que o conforto trará ao Presidente Lula, como está oferecendo nesse momento ao candidato do PT, que gira de helicóptero por cima de Curitiba.

Então, este avião, veja como é essa questão. Ora! Um Costa sucatão, mas está com vergonha de usar agora

no segundo turno! Vamos usar o avião o quanto antes possível, para que o Presidente da República não corra risco de vida! Nós somos favoráveis ao uso do avião.

Mas, por falar em avião, quero dizer o seguinte: não sou profundo entendedor de avião mas quero dizer que, por mais austero que foi o Governador na compra de um avião, ele foi infeliz, e tecnicamente presta um desserviço ao povo paranaense e ao Governo do Paraná. Por quê? O Governador Requião tem que chamar a atenção de quem entende de avião neste Governo, para dizer porque que o induziram a cometer esse erro. Não é possível mais no século XXI que um Governo de um Estado como o Paraná compre um monomotor para transportar as autoridades, a não ser que se tenha uma segunda intenção de carregar esse avião de Secretários incompetentes, porque se formos buscar um parecer da Aeronáutica, ou de quem entende de avião, o parecer certamente será desfavorável. Eu consultei vários órgãos que trabalham com avião e eu disse: “Se vocês fossem dar um parecer ao Governo do Paraná vocês aprovariam a compra de um monomotor? - Jamais”.

Então, por falar em avião, Deputado Nereu Moura, eu falo que jogaram o dinheiro do Paraná fora, porque compraram um avião que vai ficar parado no pátio, porque muita gente não vai embarcar, porque está aqui o parecer de pessoas entendidas de que o Governo do Paraná cometeu um erro, aí eu não culpo o Governador, eu culpo a assessoria desta área, cometeu um erro terrível em comprar um monomotor em pleno século XXI.

O Sr. Fernando Ribas Carli

V. Exa. me concede um aparte:

Muito feliz o seu pronunciamento, quando o senhor faz essa colocação do anacronismo do atual Governo do Paraná, quando o senhor se refere à questão de aeronaves, tendo em vista que o senhor consultou técnicos da área.

Mas eu queria, com a sua permissão, também falar daquilo que o senhor discursou sobre a questão do laboratório geral do Estado, foi pela visão de um Governador que pensa no futuro, porque foi uma obra, Deputado Nereu, que se iniciou no Governo Jaime Lerner, o projeto desse laboratório é da época do Governador Jaime Lerner.

Agora, o que eu quero afirmar aqui é que essa desculpa de que não existem equipamentos, ou que demora, não é verdadeira, e digo isso com conhecimento de causa porque sou da área, sou formado em farmácia bioquímica, conheço a área laboratorial. Tanto é verdade que o nosso laboratório geral, o Laboratório Central do Estado, que funciona num prédio tombado pelo patrimônio histórico, tem uma história de realizações, de tradições de excelência, mas tem uma falta enorme de equipamentos e também de material humano, Deputado Nereu Moura. Tanto é verdade que quando existe qualquer demanda, qualquer pendenga, qualquer esclarecimento que precisa ser feito, nós temos que recorrer ao

Instituto Adolpho Lutz de São Paulo, porque o Paraná não tem!

Esperava eu, como paranaense, como brasileiro, como farmacêutico bioquímico, que naquele local, Deputado Rossoni, hoje nós tivéssemos todos os equipamentos capazes de atender à demanda do nosso Estado, não precisando mais mandarmos materiais para serem analisados no Instituto Adolpho Lutz, de São Paulo.

Afinal de contas nós comemoramos, Deputado Rossoni, cento e cinquenta anos de emancipação política do Estado de São Paulo e ainda dependemos dos cientistas de São Paulo! Por quê? Porque não temos no Paraná esses equipamentos! Então, essa desculpa de que os equipamentos para serem transferidos demoram, não está totalmente verdadeira tem alguns equipamentos que podem ser aproveitados, só que a ciência avança a cada minuto. Teríamos que ter, nesse prédio que foi projetado para ser um centro de excelência em análises, os melhores equipamentos já funcionando, mas o que assistimos, num atropelo, no sentido de angariar votos, faz de uma obra de fundamental importância para o nosso desenvolvimento científico, um cavalo de batalha eleitoral, trazendo o Presidente Lula aqui para inaugurar!

Tenho certeza que o Presidente Lula não ficou satisfeito em inaugurar quatro paredes, apenas a parte física. Precisamos dos equipamentos necessários para que possamos atender à comunidade.

Parabéns, Deputado Valdir Rossoni, pelo seu pronunciamento. Muito obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI

Encerro aqui deixando uma pergunta: O que seria do Presidente Lula se não tivesse as obras iniciadas no governo anterior? Parece que esqueceram que estão há dois anos governando o Brasil...

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito ao 1º Secretário, Padre Paulo, que faça a leitura da mensagem enviada pelo Governador Roberto Requião.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Padre Paulo Campos) (Procede à leitura da mensagem)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 027/74, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei solicitando o aumento de número de vagas na carreira de Procurador do Estado.
À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Hishimori, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Hermas Brandão, com apoioimento do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 197/2004, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Inácio Martins, com sede e foro no Município de Inácio Martins. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 265/2004, de autoria do Deputado Reni Pereira, que declara de Utilidade Pública o Centro Beneficente Educacional Betesda, com sede e foro na cidade de Santa Terezinha de Itaipu. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 286/2004, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que declara de Utilidade Pública Estadual o PROVOPAR- Ação Social de Cantagalo, com sede e foro no Município de Cantagalo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 098/2004, de autoria do Deputado Natálio Stica, que dispõe sobre a proibição à cobrança de “Consumação Obrigatória” ou “Consumação Mínima”, em Bares, Boates, Danceterias, Casas de Show e similares no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAIC. COM EMENDAS DE PLENÁRIO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDAS APRESENTADAS AO
PROJETO DE LEI Nº 098/2003

P A R E C E R :

A Emenda apresentada ao Projeto de Lei nº 098/2003, de autoria do Exmo. Sr. Deputado Marcos Isfer, tem por desígnio propor emenda modificada aos artigos 1º e 2º; emenda supressiva aos parágrafos 1º e 3º, do artigo 3º do Projeto de Lei nº 098/2003;

Em contrapartida, a emenda da Exma. Sra. Deputada Elza Correia, visa suprimir do corpo do artigo 1º a menção aos artigos 23, I, e 30, I e II da Constituição Federal, e também incluir no texto do projeto menção ao artigo 5º XXXII do mesmo diploma legal.

Histórico

A proposição do Deputado Marcos Isfer, em sua justificativa, ressalta que a cobrança da chamada “consumação mínima” não se revela, em si, ofensiva aos direitos dos consumidores, razão pela qual não é recomendável sua proibição pura e simples que poderá até servir como desestímulo aos investimentos no setor, e, com isso, prejudicar os próprios consumidores e os empregados dos estabelecimentos.

Ilustra que sua proposta visa evitar que o uso da consumação concentre-se em bebidas alcoólicas, bem como alerta a importância de se prestar informações ao cliente, informando-o de que, antes de ingressar no estabelecimento, seja devidamente informado da exigência da consumação mínima, a fim de que possa, querendo, dirigir-se a outros estabelecimentos que não o adotem.

Ressalta ainda que não deve prosperar a tese errada na justificativa do projeto de lei originário, de que o uso da consumação mínima estaria lanceando o artigo 39, I da Lei nº 8078/90, por não se tratar do condicionamento do fornecimento de um produto a outro, uma vez que não há a obrigatoriedade em consumir, mas sim de pagar um valor mínimo para se permanecer no estabelecimento.

Chega à conclusão de que se pode facilmente compreender que os empresários que adotam esta prática procuram partilhar políticas de investimentos que visam cativar ainda mais sua clientela, através da contratação de artistas e melhorias no ambiente, que se tornam indispensáveis para a manutenção do estabelecimento, servindo inclusive como corolário do pleno emprego.

Finaliza ainda dizendo que se deve entender a consumação mínima como uma parcela do preço cobrado para a entrada no estabelecimento que se reverte em benefícios para o cliente, o que afasta a tese de métodos comerciais coercitivos ou desleais.

Já a emenda da Deputada Elza Correia, informa que as alterações propostas, consubstanciam-se em mera correção do texto do artigo 1º do respectivo projeto, caracterizada pela menção em seu texto dos dispositivos legais que sugere.

Fundamentação

Chamada esta comissão a manifestar-se, com sustentáculo no artigo 43, parágrafo 1º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, cabe-nos nesta seara analisar a constitucionalidade e legalidade da referida emenda, ficando defesa a análise do seu mérito.

Devemos fazer resplandecer também que não nos deparamos com impedimentos regimentais, cabendo ressaltar ainda, que as emendas propostas corroboram com o texto da Carta Magna Federal, apesar de possuírem mérito colidente.

Conclusão de Relatório

Diante da situação ora gizada, este Parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista da constitucionalidade e oportunidade da matéria, fazendo fulgurar que se segue o procedimento apropriado para tal intento.

Vale articular que, não adentrando ao mérito das emendas ao projeto de lei supra-citado, nada observa este Parlamentar que, neste instante, possa impedir a normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 27.04.2004.

(aa) ANTONIO ANIBELLI

Presidente em exercício

DELEGADO BRADOCK - Relator

Apoioamento:

Jocelito Canto, Duílio Genari, Elza Correia, Doutor Luciano Ducci, Marcos Isfer, Pastor Edson Praczyk, Barbosa Neto, 02 ilegíveis.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1623, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões, do Projeto de Lei nº 098/2003.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 252/2003, de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci, que estabelece normas e critérios para clínicas, consultórios, e estabelecimentos de estética que utilizam recursos de eletrotermofototerapia. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. E CSP.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1624, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei nº 252/2003.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 672/2003, de autoria do Deputado Ademir Bier, que dispõe sobre a inclusão do peixe nos cardápios dos programas de Alimentação Escolar e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, E CECE. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 712/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que disciplina regras para publicidade obrigatória de todos os atos públicos e privados no âmbito do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, E COPTC. COM EMENDAS DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda nº 01 - **Aprovada.**

Emenda nº 02 - **Aprovada.**

Emenda nº 03 - **Aprovada.**

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 484/2003, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame de emissões otoacústicas evocadas nos estabelecimentos hospitalares do Estado e revoga a Lei nº 13.272/2001. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CDH. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **(Publ. no DA nº 063/2003, de 25/08/2003)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 484/2003

P A R E C E R :

Relatório

Projeto de lei de autoria da Deputada Arlete Caramês, que dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do Exame de Emissões Otoacústicas Evocadas nos estabelecimentos hospitalares públicos e particulares do Estado, substituindo integralmente a Lei Estadual nº 13.272, de 22 de agosto de 2001, que trata da mesma matéria de forma menos abrangente.

Trata-se do vulgarmente conhecido “teste da orelhinha” que diagnostica, logo após o nascimento de um bebê, eventual surdez congênita do mesmo. Tal qual o “teste do pezinho”, já obrigatório em todo o território nacional, a verificação da alteração auditiva nos primeiros dias de vida de uma criança pode ser apurada através de uma medida muito simples e resultará em tomada de providências em tempo hábil para desenvolver-se a fala, a qual normalmente também fica prejudicada nas crianças com deficiência auditiva.

A proposta pretende substituir a Lei Estadual nº 13.272/2001 que, numa redação legislativa abominável, meramente autoriza o Poder Executivo Estadual a determinar que os estabelecimentos de saúde do Estado que recebem verbas públicas realizem o Exame de Emissões Acústicas Evocadas. Esta mera autorização é letra morta.

Assim, louvável a nova redação que estabelece de forma imperativa a realização deste exame por parte de todas as maternidades do Estado, sejam públicas, sejam privadas, ou os obriga a encaminhar os recém-nascidos para a realização do referido exame. E ainda dispõe, de forma bem mais abrangente e conclusiva, todas as

providências necessárias para esta importante questão de ordem pública.

Voto e Fundamentação

A própria autora da proposição, em consonância com estudos realizados com a equipe da Secretaria de Estado da Saúde, apresentou algumas alterações na redação original do projeto de lei, resultando em um substitutivo, onde apenas tomamos a liberdade de excluir algumas atribuições endereçadas diretamente para determinada Secretaria de Estado, para fazer constar na lei o órgão competente, cabendo ao Executivo, na sua exclusiva competência, no momento de regulamentar a lei, indicar a Secretaria ou órgão próprio a quem cabe atribuir as ações típicas de administração.

Desta forma apresentamos o substitutivo em anexo, para o qual entendemos não haver qualquer óbice de ordem constitucional, legal ou de técnica legislativa.

Conclusão

Sendo assim, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 484/2003, na forma do Substitutivo Geral retro, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 04.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL DO RELATOR, AO
PROJETO DE LEI Nº 484/2003

Art. 1º - Ficam as maternidades e os estabelecimentos hospitalares públicos e privados do Estado do Paraná obrigados a realizar gratuitamente o Exame de Emissões Otoacústicas Evocadas (Teste da Orelhinha) para o diagnóstico precoce de surdez nos bebês nascidos nesses estabelecimentos.

Art. 2º - O exame deverá ser realizado preferencialmente nas dependências dos respectivos estabelecimentos até a alta do recém-nascido, ou nos serviços de fonoaudiologia conveniados.

Parágrafo Único - Não possuindo o estabelecimento hospitalar condições técnicas de realizar o exame, ficará este, responsável pelo agendamento do mesmo junto a hospital apto a realizá-lo ou junto aos serviços de fonoaudiologia conveniados.

Art. 3º - A criança cujo teste apresentar falha deverá ser submetida a reteste, devendo ser agendado pelos estabelecimentos hospitalares preferencialmente até o 30º dia de vida. Confirmada a alteração auditiva, a criança deverá ser encaminhada para a realização de exames complementares.

Art. 4º - Após os exames complementares, estabelecido o topodiagnóstico (local da lesão) e o grau de perda auditiva, a criança deverá ser submetida, quando

necessário, ao processo de habilitação, adaptando-se o aparelho auditivo até o 6º mês de vida.

Art. 5º - Os estabelecimentos hospitalares fornecerão aos pais, juntamente com o protocolo para vacinação, um cartão contendo o dia que os pais deverão comparecer ao estabelecimento hospitalar ou nos serviços de fonoaudiologia conveniados para realizar o exame.

Parágrafo Único - No cartão referido neste artigo, a ser confeccionado e distribuído pelo órgão competente, na forma da regulamentação, ainda deverá constar:

I - o nome dos pais;

II - dia, hora e local que o exame será realizado;

III - dia e hora que o exame foi realizado, e o nome e registro do profissional que o realizou;

IV - dia e hora da realização do reteste quando necessário, e o nome e registro do profissional que o realizou.

Art. 6º - O cartão é documento obrigatório e deve ser anexado ao cartão de vacinação da criança quando da sua realização.

Art. 7º - Quando da realização da vacinação da criança, verificando o funcionário da saúde que a criança não possui o cartão ou que não consta no mesmo a realização do exame de emissões otoacústicas evocadas, este anotará o fato no cartão e advertirá aos pais a necessidade de comparecerem no estabelecimento hospitalar onde nasceu a criança para agendarem a realização do exame, podendo o mesmo ser realizado no próprio estabelecimento ou nos serviços de fonoaudiologia conveniados.

Art. 8º - Verificada pelo funcionário da saúde a não realização do exame por ocasião de nova vacinação, este deverá notificar o órgão competente, na forma da regulamentação, a qual determinará a visita domiciliar de um Agente Comunitário de Saúde que ficará encarregado de marcar o exame junto ao estabelecimento de saúde, certificando-se da sua realização.

Art. 9º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 10 - As despesas para a execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 11 - A presente lei entra em vigor na data de sua publicação e fica revogada a Lei nº 13.272 de 22 de agosto de 2001.

Sala das Comissões, em 04.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

Apoioamento:

Doutor Luciano Ducci.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 484/2003

P A R E C E R :

Parecer favorável ao Substitutivo Geral do relator ao Projeto de Lei nº 484/2003, que dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de exames de emissões otoacústicas evocadas nos estabelecimentos hospitalares públicos e particulares do Estado e revoga a Lei nº 13.272/2001.

Somos favoráveis a que maternidades e hospitais públicos e privados do Estado do Paraná sejam obrigados a realizar gratuitamente o Teste da Orelhinha, para diagnóstico precoce de surdez em bebês nascidos nesses estabelecimentos. Confirmada a alteração auditiva a criança deverá ser encaminhada para a realização de exames complementares. Após exames complementares e estabelecido o topodiagnóstico e o grau da perda auditiva, a criança deverá ser submetida ao processo de habilitação, adaptando-se ao aparelho auditivo até o sexto mês de vida.

O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 dias, a contar da data de sua publicação.

As despesas para a execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.12.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

ANDRÉ VARGAS - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 484/2003

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria da nobre Deputada Arlete Caramês, dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do Exame de Emissões Otoacústicas Evocadas nos estabelecimentos hospitalares públicos e particulares do Estado e revoga a Lei nº 13.272/2001.

Fundamentação

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, que proporcionará benefícios indiscutíveis à comunidade paranaense, através da obrigatoriedade da realização de exames auditivos, que poderão diagnosticar precocemente surdez em crianças nascidas nos estabelecimentos hospitalares do nosso Estado.

Conclusão

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 484/2003, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 02.03.2004.

(a) DOUTOR LUCIANO DUCCI

Presidente e Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
PROJETO DE LEI Nº 484/2004

P A R E C E R :

Relatório

De autoria da Deputada Arlete Caramês, o presente projeto de lei dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do Exame de Emissões Otoacústicas Evocadas nos estabelecimentos hospitalares e particulares no Estado do Paraná e revoga a Lei nº 13.272/2001.

Fundamentação

O presente projeto foi analisado regimentalmente pela Comissão de Constituição e Justiça no tocante à constitucionalidade e legalidade. A mesma posicionou-se em apresentar uma Emenda Substitutiva Geral ao referido projeto. A citada emenda foi aprovada na Comissão, recebendo parecer favorável à sua aprovação.

Do mesmo modo, ele veio a ser regimentalmente analisado pelas Comissões de Finanças e de Saúde Pública, de Educação, Cultura e Esportes, que seguiram o parecer dado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Ou seja, de ambas as Comissões recebeu parecer favorável.

Conclusão

Assim sendo, no que compete a esta Comissão se manifestar, conforme preceitua o parágrafo 16, do artigo 33, do Regimento Interno, é o parecer favorável na forma da Emenda Substitutiva Geral apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça e anexada ao projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 02.03.2004.

(a) DURVAL AMARAL

Presidente e Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1618, de autoria da Deputada Cida Borghetti, com apoio do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei nº 484/2003.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 626/2003, de autoria da Deputada Estadual Luciana Rafagnin, que institui que as escolas da zona rural, públicas e privadas do Estado do Paraná, deverão dispor de embasamento teórico e prático em agricultura ecológica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. (Publicado no DA nº 082/2003, de 14.10.2003)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 626/2003

P A R E C E R :

A proposta legislativa em análise, de autoria da nobre Deputada Estadual Luciana Rafagnin, objetiva instituir a obrigatoriedade da inclusão de “embasamento teórico e prático em agricultura ecológica” no currículo das escolas situadas nas zonas rurais do Estado, sejam elas públicas ou privadas.

Não obstante a preocupação da autora com a saúde do agricultor e da população que consome a produção agrícola e com a preservação do meio ambiente através da educação, é necessário o saneamento da proposição para viabilizar a sua aprovação.

E por que? Primeiramente porque atribuições administrativas que por lei são impostas aos entes da administração pública, no caso a Secretaria da Educação, tem a iniciativa do respectivo processo legislativo reservada, exclusivamente ao Chefe do Poder Executivo Federal, Estadual ou Municipal.

No que se refere ao nosso Estado deve-se fazer a leitura do artigo 53 da Constituição Estadual, conjugadamente com o que dispõe o seu artigo 66, inciso IV.

Portanto, não poderá o Parlamentar, por iniciativa própria, apresentar projeto de lei sobre matéria que incumbe ao Poder Executivo provocar a discussão nesta Casa de Leis.

Já no que se refere à imposição da obrigatoriedade pretendida às escolas da rede privada de ensino, das zonas rurais do Estado, nenhum impedimento, quer legal ou constitucional se opõe aos objetivos da autora.

A competência legislativa sobre a matéria é concorrente entre a União, os Estados e os Municípios (artigo 24, inciso IX - CF), o ensino é livre à iniciativa privada respeitados os conteúdos mínimos estabelecidos em lei nacional (artigos 209, 210 - CF), e a Lei Nacional que estabelece as diretrizes e bases da educação - LDB (artigos 26 e 27) prevê um conteúdo básico mínimo para todo o território nacional e as adaptações necessárias ao meio rural:

“Art. 28 - Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho da zona rural.”

Isto posto é favorável o parecer desta Comissão de Constituição e Justiça a proposição da nobre Parlamentar, na forma do Substitutivo Geral em anexo e no que respeita às escolas da rede pública de ensino sugere à autoria que apresente a Proposta Legislativa ao Chefe do Poder Executivo, sob a forma de Indicação deste Poder Legislativo.

Sala das Comissões, em 25.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ AO
PROJETO DE LEI Nº 626/2003

O presente Substitutivo Geral do Projeto de Lei nº 626/2003, tem por objetivo alterar-lhe a redação, em face dos fundamentos expostos no parecer desta Comissão de Constituição e Justiça, conforme redação a seguir:

“Art. 1º - Os estabelecimentos da rede privada de ensino da zona rural do Estado do Paraná, deverão dispor de embasamento teórico e prático em agricultura ecológica.

Art. 2º - Os estabelecimentos de ensino de que trata esta lei, oportunizarão aos alunos, a associação do conhecimento empírico dos agricultores ao conhecimento científico, visando à agricultura sustentável.

§ 1º - As atividades de agroecologia não alterarão o currículo escolar, devendo ser observados os seguintes procedimentos:

I - as atividades técnicas teóricas ecológicas deverão ser ministradas nas escolas através de:

- a) palestras;
- b) debates;
- c) seminários.

II - As práticas deverão ser conjugadas com ações participativas, priorizando o ambiente escolar, valorizando o saber local, visando a qualidade dos alimentos consumidos e, sobretudo a saúde dos consumidores;

III - deverão ser oportunizadas saídas de campo para conhecimento de propriedades agroecológicas da região.

§ 2º - Os custos para o desenvolvimento das atividades poderão ser obtidos através de parcerias de modo a viabilizar a execução dos projetos, devendo as escolas apresentar relatórios semestrais aos parceiros, detalhando as atividades realizadas e as metas alcançadas.

§ 3º - O estabelecimento de ensino de que trata esta lei, deverá manter biblioteca que viabilize o acesso das pessoas interessadas no aprofundamento dos seguintes temas:

- I - agroecologia;
- II - rotação de culturas;
- III - vida alternativa;
- IV - adubação verde;
- V - alimentação natural;
- VI - cooperativismo;
- VII - não utilização de agrotóxicos.

Art. 4º - Os estabelecimentos de ensino tratados nesta lei, deverão realizar encontros periódicos bimestrais para a troca de experiências.

Art. 5º - Os alimentos agroecológicos produzidos nas escolas pelos alunos serão utilizados na merenda escolar e o excedente distribuído entre os mesmos ou doados a entidades beneficentes.

Art. 6º - As ações desenvolvidas pela escola poderão ser divulgadas pelos meios de comunicação da região, auxiliando na formação da consciência ecológica nesta prática.

Art. 7º - Os alunos deverão ser avaliados de forma descritiva, com o objetivo de incentivá-los ao aprendizado, à troca de experiências e a apresentação de alternativas viáveis para problemas que possam surgir no âmbito ecológico.

Parágrafo Único - A avaliação do aluno deverá considerar:

- I - interesse;
- II - atenção;
- III - participação nas atividades propostas.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 25.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 626/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 626/2003, de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, tem por desígnio instituir que as escolas da zona rural, públicas e privadas do Estado do Paraná, deverão dispor de embasamento teórico e prático em agricultura ecológica.

Deve-se aclarar que o projeto de lei encontra-se formalmente em consonância com os quesitos regimental e legalmente exigidos. Nesta seara, respeitando-se a alçada desta Comissão Permanente, deve-se sopesar sobre a viabilidade financeira do projeto de lei.

Diante da situação ora gizada, este Parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista da possibilidade financeira desta medida. Vale articular que, não adentrando ao mérito do projeto de lei, nada observa este Parlamentar que, neste instante, possa impedir a normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 30.03.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1625, de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei nº 626/2003.

ITEM 10

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 022/2004, de autoria da Deputada Elza Correia, que propõe seja formalizada parceria entre a Secretaria de Estado da Educação e a Associação de Mulheres Batalhadoras do Jardim Franciscato, de Londrina, visando a utilização da Biblioteca Virtual Comunitária pelas escolas estaduais circunvizinhas. COM PARECER FAVORÁVEL DA CECE. **Aprovado (Publ. no DA nº 049/2004, de 01.06.2004).**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
INDICAÇÃO Nº 022/2004

P A R E C E R :

A presente Indicação, de autoria da Deputada Elza Correia, propõe seja formalizada parceria entre a Secretaria de Estado da Educação e a Associação de Mulheres Batalhadoras do Jardim Franciscato, de Londrina, visando a utilização da Biblioteca Virtual Comunitária pelas escolas estaduais circunvizinhas.

Portanto, no âmbito que esta Parlamentar deve se manifestar perante esta Comissão, deve-se ressaltar que a autora desta Indicação pretende eliminar as barreiras culturais, econômicas e políticas para que a população carente possa ter acesso às informações e ao conhecimento disponíveis na referida Biblioteca Virtual.

Diante desta situação, este Parlamentar manifesta-se de modo favorável ao presente projeto.

Sala das Comissões, em 02.08.2004.

(aa) TADEU VENERI - Presidente

ALEXANDRE CURI - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1611, de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1612, de autoria do Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1613 e 1615 a 1617, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1619, 1620 e 1621, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1622, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1626, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1630, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 672 e 712/2003.

Convido ainda os Srs. Deputados para a Sessão Solene de outorga de título de Cidadania Benemerita do Estado do Paraná ao Sr. Brasil Paraná de Cristo, por proposição do Deputado Orlando Pessuti, Vice-Governador do Estado do Paraná, a realizar-se às 17h do dia 19.

Levanta-se a Sessão.